Farol estudos

EDIÇÃO 2026.11.21

AMOSTRA GRÁTIS · CADERNO COMPLETO DE ESTUDO

Técnico Judiciário, Área Administrativa, do TJDFT

Teoria pelo edital, letra da lei, mapas mentais, flashcards e questões comentadas, com QR code para vídeo, podcast e simulado online.

12	178	1.789	1.399
disciplinas	tópicos	questões comentadas	flashcards

farolestudos.com.br

Farol estudos

Caderno completo · Técnico Judiciário, Área Administrativa, do TJDFT
Edição 2026.11.21, gerada em 21/11/2026 a partir do conteúdo da plataforma Farol Estudos.

Material de estudo independente, sem vínculo com órgão público ou banca organizadora. As questões marcadas como “Prova real” citam a banca e o ano de origem; as demais são inéditas, escritas pela equipe Farol.

Licença de uso individual e intransferível. É proibido revender, compartilhar ou publicar este arquivo, no todo ou em parte. O conteúdo é atualizado continuamente no site: use os QR codes para ver a versão mais recente de cada tópico.

Encontrou um erro ou quer sugerir algo? Escreva para suporte@farolestudos.com.br.

Crie sua conta grátis
plano do dia, questões ilimitadas e revisão espaçada

Como usar este caderno

★ **Resumo**
a essência do tópico em poucas linhas. Comece por aqui e volte nele na véspera.

! **Como a banca cobra**
as pegadinhas que mais derrubam candidatos, com o raciocínio para não cair.

✳ **Mapa mental**
o tópico inteiro numa página. Ótimo para revisar em 2 minutos.

? **Questões**
no formato da prova. O gabarito comentado fica no fim de cada disciplina.

§ **Letra da lei**
os dispositivos que a banca transcreve. Leia em voz alta: a prova troca uma palavra.

✓ **Revisão rápida**
checklist para marcar o que você já domina. O que ficar em branco volta para a revisão.

◧ **Flashcards**
cubra a coluna da direita e responda antes de olhar.

O método em quatro passos

1. **Leia** o tópico na ordem: resumo, entenda, letra da lei.
2. **Feche o caderno** e refaça o mapa mental de memória.
3. **Resolva** as questões e confira o gabarito comentado.
4. **Revise** com os flashcards em 1, 7 e 30 dias. No app, a revisão espaçada faz essa conta por você.

QR codes: o caderno continua online

Cada tópico traz QR codes para a página do tópico (com podcast e atualizações), a videoaula, quando houver, e todas as questões do tema corrigidas na hora. No fim do caderno, um simulado no formato da prova, que você também pode fazer online com nota projetada.

Simulado online grátis
nota projetada na hora

Edital verticalizado
marque o que já estudou

Raio-X da prova

BANCA
FGV

REFERÊNCIA
Edital nº 01/2022 do TJDFT (FGV), Técnico Judiciário, Área Administrativa

OBJETIVA
60 questões de múltipla escolha (A–E)

TEMPO
4h

Questões de múltipla escolha com 5 alternativas (A–E) e uma correta, 1 ponto cada. Errar ou deixar em branco vale zero, sem desconto. Aprovação com 30 acertos no total e 20 nos Conhecimentos Específicos. A prova vale 90 pontos; é eliminado quem fizer menos de 50% (45 pontos).

DISCIPLINA	BLOCO	PESO	TÓPICOS	ALTA PRIORIDADE	PÁGINA
Língua Portuguesa	B	10	29	13	**6**
Ética no Serviço Público	B	4	11	5	**31**
Regimento Interno do TJDFT	B	2	4	3	Volume 1
Lei de Organização Judiciária do DF e Territórios	B	2	4	4	Volume 1
Provimentos da Corregedoria e do PJe	B	2	4	3	Volume 1
Noções de Administração de Recursos Humanos e Gestão Pública	E	5	19	11	Volume 1
Noções de Direito Constitucional	E	6	16	6	Volume 1
Noções de Direito Administrativo	E	6	19	15	Volume 1
Noções de Direito Civil	E	3	7	5	Volume 1
Noções de Direito Processual Civil	E	8	17	15	Volume 1
Noções de Direito Penal	E	6	28	24	Volume 1
Noções de Direito Processual Penal	E	6	20	14	Volume 1

Sumário

Língua Portuguesa 6

1.1 Elementos da comunicação e funções da linguagem 7

1.2 Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação 12

Ética no Serviço Público 31

2.1 Ética e moral 32

2.2 Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor 40

Simulado final 55

01

Língua Portuguesa

2 tópicos · 24 questões no caderno · 24 online

1.1 Elementos da comunicação e funções da linguagem 7

1.2 Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação ● 12

● prioridade alta no edital

1.1 ITEM 1 DO EDITAL PRIORIDADE BAIXA

Elementos da comunicação e funções da linguagem

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

3 questões online
corrigidas na hora

Resumo

Roman Jakobson ligou cada elemento da comunicação a uma função da linguagem. Um texto costuma reunir várias funções; a banca pergunta qual predomina, isto é, em qual elemento está o foco.

- **Referencial:** foco no assunto; o texto informa em linguagem objetiva.
- **Emotiva:** foco em quem fala; o texto expõe sentimentos e opiniões.
- **Conativa:** foco em quem recebe; o texto procura levar o interlocutor a agir.
- **Fática:** foco no canal; o texto abre, testa ou mantém o contato.
- **Metalinguística:** foco no código; a linguagem explica a própria linguagem.
- **Poética:** foco na forma da mensagem; o texto trabalha ritmo, som e imagem.

Entenda

Seis elementos, seis funções

Toda comunicação tem emissor, receptor, mensagem, assunto (referente), canal e código. A função predominante é a do elemento que o texto põe em destaque. Para achá-la, pergunte: o texto existe para informar, para desabafar, para convencer, para manter o contato, para explicar a língua ou para trabalhar a forma?

> *Ex.: um anúncio com rima informa pouco e usa forma elaborada, mas existe para levar o leitor a agir: predomina a função conativa.*

Referencial

A função referencial, também chamada denotativa ou informativa, transmite dados sobre o assunto. Marcas: terceira pessoa, objetividade, linguagem denotativa. Aparece em notícias, textos didáticos e artigos acadêmicos.

- *A PRF apreendeu duas toneladas de droga na BR-277.*

Texto que discute um tema de língua, como a variação linguística no ensino, em linguagem objetiva, é referencial: o assunto é a língua, mas o texto não explica o próprio código.

> *Ex.: artigo acadêmico em norma-padrão, impessoal, sobre ciberataques: nível formal e função denotativa.*

Emotiva

A função emotiva, ou expressiva, põe em primeiro plano os sentimentos e as opiniões de quem fala. Marcas: primeira pessoa, exclamações, interjeições, adjetivos de avaliação.

- *Estou com raiva. Uma cólera de derrubar copos.*

> *Ex.: narrador em primeira pessoa que expõe as próprias reações faz predominar a função emotiva, e não a referencial.*

Conativa

A função conativa, ou apelativa, procura influenciar o receptor. Marcas: segunda pessoa, vocativo, imperativo.

- *Motorista, use o cinto!*
- *Meu bem, não chores.*

O vocativo se dirige ao interlocutor: é marca conativa, e não fática. Texto que não se dirige a ninguém para obter uma ação não é conativo, ainda que trate de regras.

> *Ex.: um projeto de lei em tramitação, redigido de forma impessoal, não tem função apelativa predominante: ainda não obriga ninguém, e a linguagem é declarativa.*

Fática

A função fática abre, testa, mantém ou encerra o contato. O conteúdo importa pouco; o que vale é o canal funcionando. Marcas: cumprimentos, *alô*, *né?*, *está me ouvindo?*, conversa sobre o tempo.

- *Boa tarde! Consegue me ouvir?*
- *Esfriou um pouco, né?*

> *Ex.: dois conhecidos que se cruzam e comentam o tempo praticam um ritual de contato: função fática, centrada no canal.*

Metalinguística

Na função metalinguística, o código explica o próprio código: a língua fala da língua, o poema fala do fazer poético, o filme mostra a filmagem. Aparece em dicionários, gramáticas e definições.

- *Rodovia: via rural pavimentada.*
- *Substantivo é a palavra que nomeia os seres.*

> *Ex.: o item que aponta função metalinguística em texto que apenas trata de um tema linguístico está errado.*

Poética

A função poética valoriza a forma da mensagem: ritmo, rima, jogo de sons, figuras, escolha e arranjo das palavras. Predomina em poemas e aparece em slogans e na prosa literária.

- *O amor bate na porta / o amor bate na aorta.*

Emoção no texto não basta para a função emotiva predominar. No poema, o foco está na elaboração da mensagem.

> *Ex.: o item que diz que a função emotiva predomina no poema, por ser "característica essencial de obras poéticas", está errado.*

Quadro

Função	Foco	Marcas	Onde aparece
Referencial	assunto	3ª pessoa, objetividade	notícia, texto acadêmico
Emotiva	emissor	1ª pessoa, exclamação	diário, depoimento
Conativa	receptor	vocativo, imperativo	propaganda, ordem
Fática	canal	cumprimento, "alô", "né?"	telefonema, saudação
Metalinguística	código	definição, explicação da língua	dicionário, gramática
Poética	mensagem	ritmo, rima, figuras	poema, slogan

Como a banca cobra

- "Predomina no texto a função metalinguística." → **errado**, em texto que trata da variação linguística em linguagem objetiva (referencial).
- "Predomina no texto a função referencial." → **errado**, em narrativa na qual o narrador expõe a própria raiva (emotiva).
- "Nos trechos 'Boa tarde! Consegue me ouvir?' e 'Hei, Julinho!', predomina a função referencial." → **errado** (fática).
- "Emprega-se o nível formal de linguagem e predomina a função denotativa." → **certo**, em artigo acadêmico.
- "A função fática se manifesta nos vocativos 'meu bem' e 'meu amor'." → **errado** (conativa).
- "A função predominante é a emotiva, característica essencial de obras poéticas." → **errado** (poética).
- "A função predominante no diálogo está centrada no canal; os participantes praticam um ritual de contato." → **certo**.
- **Detalhe que derruba o item:** a função ligada ao elemento errado, ou a justificativa que não corresponde ao texto.

Revisão rápida

- ☐ **Qual função informa sobre o assunto?** Referencial.
- ☐ **Qual função expressa os sentimentos de quem fala?** Emotiva.
- ☐ **Vocativo e imperativo marcam qual função?** Conativa.
- ☐ **"Alô, está me ouvindo?" é que função?** Fática.
- ☐ **Quando há função metalinguística?** Quando o código explica o próprio código.
- ☐ **Qual função predomina no poema?** Poética.
- ☐ **Texto objetivo sobre a língua é metalinguístico?** Não; é referencial.
- ☐ **Conversa sobre o tempo em encontro casual?** Fática.

✳ Mapa mental

Funções da linguagem

Referencial
- Foco: referente
- 3ª pessoa, objetividade

Emotiva
- Foco: emissor
- 1ª pessoa, subjetividade

Conativa
- Foco: receptor
- Vocativo, imperativo, persuasão

Fática
- Foco: canal
- Abrir ou testar o contato

Metalinguística
- Foco: código
- Língua explicando a língua

Poética
- Foco: mensagem
- Ritmo, rima, figuras

Distinções
- Discutir língua objetivamente: referencial
- Pergunte qual função predomina

⚠ Pegadinha
- Vocativo é fático → errado (conativo)

◧ Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Elementos da comunicação × funções da linguagem (Jakobson).	Referente → **referencial** (informar, denotativa); emissor → **emotiva**; receptor → **conativa** (vocativo, imperativo, persuasão); canal → **fática** ("Alô", "Consegue me ouvir?", "Esfriou, né?"); código → **metalinguística** (língua explicando a língua); mensagem → **poética** (forma, ritmo, figuras). Predomina a do elemento em foco.
Pegadinhas de funções da linguagem: vocativo, poema, texto sobre língua, desabafo em 1.ª pessoa.	Vocativo ("meu bem") → **conativa**, não fática. Poema → **poética** predominante (não "emotiva" só por haver emoção). Texto que discute tema linguístico de forma objetiva → **referencial** (não metalinguística). Narrador em 1.ª pessoa desabafando → **emotiva** (não referencial). Projeto de lei em tramitação não "estabelece regra a que todos devem obedecer".
Funções emotiva e conativa: como se reconhecem?	**Emotiva:** foco no **emissor**, **1ª pessoa**, subjetividade ("Estou triste"). **Conativa (apelativa):** foco no **receptor**, **imperativo, vocativo** ("Compre já!").
Função fática: quando ocorre?	Foco no **canal**: testar ou manter o contato ("Alô?", "Está me ouvindo?", "Né?"). Serve para **abrir, manter ou encerrar** a comunicação.
Função metalinguística: o que a caracteriza?	Foco no **código**: a linguagem **fala dela mesma** (dicionário, gramática, poema sobre poesia, texto sobre a língua).

Função poética: o que a caracteriza?	Foco na **mensagem**: **cuidado com a forma**, ritmo, sonoridade, figuras e arranjo das palavras; não ocorre só em poemas (slogans e letras de música também).
Função conativa	A função conativa volta-se ao receptor e usa vocativo e imperativo, como em "Motorista, use o cinto!". A fática (E) apenas testa ou mantém o contato com o interlocutor.
Função metalinguística	A função metalinguística centra-se no código, com a língua explicando a língua, como em dicionários. A referencial (C) informa sobre um assunto, sem tomar a própria língua por objeto.

? Questões

gabarito comentado na p. 29

1 INÉDITA FAROL

No enunciado "Motorista, use o cinto!", predomina a função da linguagem denominada

(A) referencial.
(B) emotiva.
(C) metalinguística.
(D) conativa.
(E) fática.

2 INÉDITA FAROL

A definição "Rodovia: estrada de rodagem", em que a língua explica a própria língua, exemplifica a função

(A) metalinguística.
(B) poética.
(C) referencial.
(D) conativa.
(E) emotiva.

3 INÉDITA FAROL

No texto "Venha conhecer o novo atendimento digital! Agende já o seu horário pelo aplicativo.", predomina a função da linguagem:

(A) referencial.
(B) emotiva.
(C) metalinguística.
(D) fática.
(E) apelativa.

1.2 ITEM 1 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

21 questões online
corrigidas na hora

Resumo

O item de compreensão pergunta se o texto autoriza a afirmação, e não o que o candidato sabe do assunto. Resolve-se comparando o enunciado com um trecho localizável.

- **Comando do item:** define se a resposta está escrita no texto ou precisa ser deduzida dele.
- **Paráfrase fiel:** mesma ideia com outras palavras é item certo.
- **Implícitos:** o pressuposto decorre de uma palavra do texto; a inferência, de dedução necessária.
- **Erros típicos:** extrapolação, redução e contradição.
- **Vozes:** a opinião citada ou refutada não é, só por isso, a do autor.
- **Ironia:** o sentido pretendido é o contrário do literal.

Entenda

O comando do item

- **"O texto afirma", "segundo o texto", "de acordo com o texto":** informação explícita, literal ou em paráfrase fiel.
- **"Infere-se", "depreende-se", "conclui-se":** informação implícita, mas necessária: dedução sem acréscimo.
- **"Sugere", "permite supor":** leitura mais aberta, ainda presa ao texto.

> *Ex.: o texto diz que a transferência da polícia para o governo da cidade significou passar da caça aos criminosos à prevenção dos crimes. O item que chama isso de "mudança de paradigma no papel da polícia" está certo: é paráfrase.*

Método: localizar e comparar

1. Localize no texto o trecho de que o item trata.
2. Compare palavra por palavra: quantificadores (*todos, alguns, apenas*), modalizadores (*talvez, certamente*), sujeito da ação e tempo verbal.
3. Pergunte: o texto diz isso, permite deduzir isso, ou eu sei isso por fora? Só as duas primeiras respostas tornam o item certo.

> *Ex.: o texto diz que só é planeta o corpo celeste que "não seja um satélite natural, como a Lua". O item "não é impróprio denominar a Lua de planeta" está errado: basta localizar o trecho.*

Pressuposto

> Pressuposto é a informação implícita que uma palavra do texto obriga a aceitar. Marcas comuns: *apenas, só, ainda, já, também, continua, passou a, deixou de*. Se a marca está no texto, o pressuposto é verdadeiro.

- *Ele **ainda** dirige sem habilitação.* → já dirigia sem habilitação antes.

- *A corporação **passou a** priorizar a prevenção.* → antes não priorizava.

> *Ex.: "A opção não se coloca apenas na esfera de temas polêmicos que atraem os holofotes da mídia." Pressupõe-se que há temas polêmicos que não atraem a mídia. Item certo.*

Inferência

A inferência válida é a que o texto torna necessária. Ela costuma vir em termos modestos (*está associado a, provavelmente*). A inferência falsa costuma vir em termos fortes (*deveu-se a, é a principal causa, conclui-se que sempre*).

> *Ex.: "o homem da luz já deve ter se transferido para o mundo das trevas eternas". É correto inferir que o funcionário provavelmente já morreu: a expressão é eufemismo de morte, e "deve ter" indica probabilidade.*

Extrapolação

Extrapolar é acrescentar ao texto um dado que ele não traz: causa, comparação, superlativo, nacionalidade, intenção, continuidade no tempo. É o erro mais frequente.

- O texto diz que o uso de *deepfakes* cresceu 830%. O item diz que esses crimes "são os que mais crescem no Brasil". **Errado:** o texto não compara.
- O texto diz que o sobrenome do autor é "sonoro, hispânico". O item diz que o autor é espanhol. **Errado.**

> *Ex.: o texto informa que, no Império, os deputados eram eleitos por maioria relativa. O item que afirma que o Brasil adota esse sistema "sem interrupções, desde o Império" extrapola.*

Causa inventada e correlação

> O texto relaciona dois fatos; o item transforma a relação em causa. "Relacionado a" não é "causado por". Confira se há no texto um conector de causa (*porque, devido a, em razão de*).

> *Ex.: o texto diz que, nas sociedades tribais, o trabalho está integrado às outras atividades e que um autor as chamou de "sociedades de abundância". O item "devido à abundância de recursos, os indivíduos não separam trabalho e lazer" está errado: a causa não está no texto.*

Contradição e redução

Na contradição, o item diz o oposto do texto, às vezes trocando uma única palavra. Na redução, toma a parte pelo todo, ou eleva um exemplo a tema.

- O texto diz que a violência física estava "em declínio". O item atribui o monopólio estatal da força a "índices insustentáveis de violência". **Errado.**
- O texto diz que "a separação de classes não é rígida como a que existe entre as castas". O item diz que a casta é menos rigorosa. **Errado.**

> *Ex.: palavras absolutas no item ("sempre", "nunca", "apenas", "qualquer") pedem prova absoluta no texto.*

Item longo com final falso

A banca repete o texto em três quartos do item e acrescenta, na última oração, um juízo ou uma explicação que não está lá. Leia o item até o fim; o erro costuma estar depois da última vírgula.

> *Ex.: o item descreve corretamente a tese de dois autores sobre a ficção e termina com "em oposição explícita à visão comum nos meios acadêmicos". O texto não menciona essa visão. Errado.*

Ironia e sentido figurado

Na ironia, o autor diz o contrário do que pensa. Sinais: pergunta retórica, aspas, exagero, elogio descabido. O item que lê o elogio ao pé da letra está errado. Eufemismo e metáfora também pedem leitura não literal.

> *Ex.: texto elogia as bombas "limpas" e termina com "Trata-se, portanto, de uma fabulosa conquista, não?". A pergunta retórica marca a crítica; o item que atribui ao autor "visão positiva" das bombas está errado.*

Tema, tese e vozes do texto

> Tema é o assunto; tese é a posição do autor; argumentos a sustentam. Os tipos mais comuns: autoridade, dados, exemplo, comparação, causa e consequência, contra-argumentação. A voz introduzida por *segundo, para, de acordo com*, ou entre aspas, é de outro. O autor pode adotá-la ou refutá-la; o contexto mostra qual.

- **Adota:** os autores apresentam um estudioso como "autoridade" no assunto e usam sua explicação. Infere-se que a corroboram.
- **Refuta:** "Ao contrário do que sempre se escuta, os motivos de hilaridade quase não mudaram." O autor trata a ideia corrente como equivocada.

> *Ex.: o item que atribui ao autor do texto a opinião de um pensador apenas citado, ou o inverso, troca o sujeito da opinião.*

Vocabulário e paralelismo no contexto

O sentido de uma palavra se fecha no contexto. Em estrutura paralela, o termo retoma o par correspondente. Oração que repete a ideia anterior é redundante, com valor de ênfase.

- "homens e mulheres, pequenos e grandes" retoma "homens e mulheres, adultos e jovens": refere-se a idade, e não a tamanho.
- "são completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra": a segunda oração reforça a primeira.

> *Ex.: "não haverá o dogma do PPI". Dogma é doutrina indiscutível; o item que diz que o PPI não deve ser visto como doutrina indiscutível está certo.*

Quadro

Erro do item	Sinal	Como conferir
Extrapolação	dado, comparação ou superlativo novo	procurar o dado no texto
Causa inventada	"devido a", "porque" ausentes no texto	procurar o conector de causa
Contradição	palavra trocada pelo oposto	reler o trecho exato
Redução	"apenas", "somente", exemplo como tema	verificar o que mais o texto diz
Leitura literal de ironia	elogio estranho ao tom do texto	procurar pergunta retórica, aspas, exagero
Troca de voz	opinião do citado atribuída ao autor	ver quem fala: "segundo", aspas

Como a banca cobra

- "Infere-se que o autor do texto é espanhol." → **errado** (o texto só diz que o sobrenome é hispânico).
- "Conclui-se que o monopólio da violência pelo Estado deveu-se aos índices insustentáveis de violência." → **errado** (o texto diz que a violência estava em declínio).
- "Infere-se que nem todos os temas polêmicos recebem a atenção dos meios de comunicação." → **certo** (pressuposto marcado por "apenas" e pela oração restritiva).
- "De acordo com o texto, os crimes com *deepfake* são os que mais crescem no Brasil." → **errado** (superlativo que o texto não traz).
- "A oração 'nenhuma letra se igualando a outra' é redundante em relação à anterior, servindo para reforçar-lhe o sentido." → **certo**.
- "Infere-se que 'boêmios e vampiros' diferem biologicamente dos seres humanos em geral." → **errado** (o texto fala de hábito).
- **Detalhe que derruba o item:** um conector de causa que o texto não tem, um quantificador ou superlativo exagerado, ou a leitura literal de trecho irônico.

Revisão rápida

- ☐ **O que o item de compreensão pergunta?** Se o texto autoriza a afirmação.
- ☐ **"Infere-se" admite acréscimo?** Não; só dedução necessária.
- ☐ **De onde nasce o pressuposto?** De uma marca do texto: "apenas", "ainda", "passou a".
- ☐ **Qual o erro mais comum?** Extrapolação: dado, causa ou comparação que o texto não traz.
- ☐ **Correlação é causa?** Não; "relacionado a" não é "causado por".
- ☐ **Como ler um elogio seguido de pergunta retórica?** Como ironia.
- ☐ **A opinião citada é a do autor?** Só se o texto mostrar que ele a adota.
- ☐ **Onde costuma estar o erro do item longo?** Na última oração.

Mapa mental

Interpretação e inferência

O que vale
- O que o texto autoriza
- Não o que você sabe

Tipos de item
- "Afirma": explícito ou paráfrase
- "Infere-se": dedução necessária
- Pressuposto: marca linguística

Erros típicos
- Extrapolação: acrescenta
- Redução: parte pelo todo
- Contradição: inverte

Vozes do texto
- Tese do autor × voz citada
- Ironia diz o contrário

Sinais de alerta
- Correlação não é causa
- Absolutos pedem prova absoluta
- Inferência certa costuma ser modesta

Método
- Localizar o trecho
- Comparar palavra por palavra

⚠ Pegadinha
- Juízo acrescentado no fim do item → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

No padrão Cebraspe, qual a diferença entre um item que diz "o texto afirma que X" e um que diz "infere-se que X"?	"Afirma que" exige **comprovação literal** no texto; "infere-se" permite **dedução lógica**, mas sem extrapolar o que está escrito.
Item de compreensão: quando a paráfrase é Certa e quando há contradição?	**Paráfrase fiel** (mesma ideia com outras palavras, inclusive opinião corretamente atribuída a autor citado) → **Certo**. **Contradição** = o item diz o **oposto** do texto. Se o trecho **confirma** a ideia, afirmar que a "contradiz" é Errado.
Como tratar um elogio num texto que termina com pergunta retórica ("Trata-se de uma fabulosa conquista, não?")?	É **ironia**: o sentido pretendido é o **oposto** do literal. Pergunta retórica, aspas e exagero sinalizam ironia. Pegadinha: item que lê o elogio ao pé da letra ("visão positiva") → Errado.
Uma expressão pode ter seu sentido definido pelo paralelismo com um par anterior do texto?	**Sim.** Em estruturas paralelas, o termo **retoma o par correspondente** ("homens e mulheres, **pequenos e grandes**" = "adultos e jovens" → faixa etária, não tamanho).
Para o Cebraspe, é correto dizer que uma oração "é redundante, servindo para reforçar" a anterior?	**Sim**, quando ela **repete a ideia anterior** com valor **enfático** ("completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra").

Extrapolação: o que torna Errado um item de compreensão que "completa" o texto?	O item acrescenta dado, comparação ou generalização que o texto **não** traz: superlativo ("os que mais crescem", "o maior retorno"), continuidade ("sem interrupções, desde o Império"), um opositor inventado ("visão comum nos meios acadêmicos"), um detalhe a mais ("diversos tipos de carretas"). Teste: localizar no texto a base de CADA parte do item; se uma parte não tem base → Errado.

Extrapolação: o que torna Errado um item de compreensão que "completa" o texto?	O item acrescenta dado, comparação ou generalização que o texto **não** traz: superlativo ("os que mais crescem", "o maior retorno"), continuidade ("sem interrupções, desde o Império"), um opositor inventado ("visão comum nos meios acadêmicos"), um detalhe a mais ("diversos tipos de carretas"). Teste: localizar no texto a base de CADA parte do item; se uma parte não tem base → Errado.

No padrão Cebraspe, qual a diferença entre um item que diz "o texto afirma que X" e um que diz "infere-se que X"?	"Afirma que" exige **comprovação literal** no texto; "infere-se" permite **dedução lógica**, mas sem extrapolar o que está escrito.

? Questões

gabarito comentado na p. 29

4

INÉDITA FAROL

O trânsito seguro não depende apenas de boas estradas. Depende, sobretudo, de comportamentos: respeitar limites de velocidade, não dirigir depois de beber e usar o cinto de segurança são atitudes simples que, somadas, salvam milhares de vidas por ano. Campanhas educativas ajudam, mas a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos.

No texto, a expressão "sobretudo" (segunda frase) introduz uma ideia de

(A) oposição ao que foi dito antes.

(B) ênfase, destacando o fator mais importante.

(C) conclusão do raciocínio.

(D) tempo, indicando quando algo ocorre.

(E) condição para que algo aconteça.

5

INÉDITA FAROL

Ao contrário do que muitos imaginam, o servidor que atende o público não é um mero repassador de informações. Ele traduz normas, orienta caminhos e, muitas vezes, é o único rosto do Estado que o cidadão conhece. Por isso, a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço.

Infere-se do texto que o atendimento cortês ao cidadão

(A) é uma gentileza opcional do servidor.
(B) dispensa o conhecimento das normas.
(C) integra o próprio serviço público prestado.
(D) só é exigido de servidores em cargo de chefia.
(E) substitui a orientação técnica ao cidadão.

6

INÉDITA FAROL

Desde que o órgão adotou o trabalho remoto parcial, o número de processos concluídos por servidor aumentou. A chefia, no entanto, observa que a comunicação entre as equipes ficou mais lenta e que os servidores recém-chegados têm mais dificuldade para aprender a rotina do setor. Por isso, estuda manter dois dias presenciais por semana, sem abandonar o modelo remoto nos demais dias.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que a adoção de dias presenciais visa principalmente:

(A) aumentar o número de processos concluídos, que caiu com o trabalho remoto.
(B) extinguir o trabalho remoto no órgão.
(C) reduzir os problemas de comunicação entre as equipes e de aprendizagem dos novos servidores.
(D) punir os servidores que tiveram baixa produtividade.
(E) reduzir os custos com energia e estrutura física.

7

INÉDITA FAROL

Há quem veja na tecnologia a solução definitiva para a burocracia. Formulários eletrônicos, assinaturas digitais e atendimentos por aplicativo de fato encurtaram filas e reduziram o papel nas repartições. Seria ingênuo, contudo, supor que a máquina resolve sozinha o que é, no fundo, um problema de organização. Um processo mal desenhado continua lento, ainda que tramite em tela; uma exigência inútil continua inútil, mesmo quando pedida por e-mail. Digitalizar o atraso é apenas torná-lo mais rápido de reproduzir. A verdadeira modernização começa antes do computador: na pergunta, feita com honestidade, sobre por que cada etapa existe.

Texto autoral para fins didáticos.

A ideia central defendida no texto é a de que:

(A) a tecnologia só moderniza de fato a administração quando acompanhada da revisão dos processos e das exigências.
(B) a tecnologia é inútil para reduzir a burocracia.
(C) os formulários devem ser abolidos das repartições.
(D) a burocracia já foi eliminada pelos atendimentos por aplicativo.
(E) o e-mail deve substituir todos os atendimentos presenciais.

8

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Do último período do texto, infere-se que, na visão dos autores do estudo:

(A) os pedestres são os culpados pelos atropelamentos.

(B) as rodovias devem ser fechadas aos pedestres.

(C) os motoristas não precisam de nenhuma medida de segurança.

(D) a engenharia viária tem privilegiado os motoristas em detrimento dos pedestres.

(E) a iluminação é desnecessária nos trechos urbanos.

9

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho “a firmeza não depende da rispidez”, o autor defende que:

(A) o servidor deve ceder a todas as exigências do cidadão.

(B) o servidor deve evitar qualquer limite no atendimento.

(C) a rispidez é necessária para manter a autoridade.

(D) a firmeza prejudica o atendimento.

(E) é possível manter a posição e os limites sem ser grosseiro.

10

INÉDITA FAROL

Durante anos, o trecho da serra foi conhecido como o mais perigoso da região. As curvas fechadas, a neblina frequente e o acostamento estreito somavam-se à pressa de quem queria vencer a subida antes do anoitecer. Nos últimos tempos, porém, os registros de acidentes caíram de forma expressiva. Não houve obra de duplicação nem mudança no traçado: o que mudou foi a combinação de sinalização mais visível, radares nos pontos críticos e fiscalização frequente nos fins de semana. Os motoristas que antes reclamavam das abordagens passaram a reconhecer que a viagem ficou mais tranquila. O caso sugere que nem toda solução para a segurança viária depende de grandes investimentos em engenharia; às vezes, o resultado vem de medidas simples, aplicadas com constância.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a redução dos acidentes no trecho da serra deve-se principalmente:

(A) à duplicação da pista e à correção das curvas fechadas.

(B) ao fim da neblina, por mudanças no clima da região.

(C) à diminuição do número de veículos que passam pelo trecho.

(D) a um conjunto de medidas simples aplicadas com regularidade, sem alteração da estrutura da via.

(E) à proibição do tráfego nos fins de semana.

11

INÉDITA FAROL

Quem entra hoje em uma repartição pública raramente vê as pilhas de processos que, há algumas décadas, ocupavam mesas e corredores. A digitalização mudou a paisagem, mas não eliminou o trabalho de organizar. Um documento eletrônico mal classificado se perde com a mesma facilidade de uma folha esquecida em uma gaveta — com a diferença de que ninguém tropeça nele. Por isso, os arquivistas insistem em que tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível. Sistemas modernos ajudam a registrar, localizar e controlar prazos, desde que alguém tenha decidido antes o que guardar, por quanto tempo e por quê. A pergunta, portanto, continua a mesma de sempre: não é onde guardar, mas como encontrar.

Texto autoral para fins didáticos.

A ideia central do texto é a de que:

(A) a digitalização tornou o trabalho dos arquivistas desnecessário.

(B) os documentos em papel se perdem com mais facilidade que os eletrônicos.

(C) a digitalização não dispensa a organização metódica dos documentos.

(D) os sistemas modernos decidem sozinhos o que guardar e por quanto tempo.

(E) as repartições públicas ainda acumulam pilhas de processos nos corredores.

12

INÉDITA FAROL

O trânsito seguro não depende apenas de boas estradas. Depende, sobretudo, de comportamentos: respeitar limites de velocidade, não dirigir depois de beber e usar o cinto de segurança são atitudes simples que, somadas, salvam milhares de vidas por ano. Campanhas educativas ajudam, mas a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos.

De acordo com o texto, a mudança de comportamento no trânsito se consolida quando

(A) a fiscalização é constante e a regra vale para todos.
(B) as estradas são reformadas e ampliadas.
(C) as campanhas educativas substituem a fiscalização.
(D) os motoristas deixam de usar o cinto de segurança.
(E) os limites de velocidade são aumentados.

13

INÉDITA FAROL

A implantação do protocolo digital mudou a rotina do setor. Antes, o cidadão precisava comparecer pessoalmente, enfrentar fila e voltar dias depois para saber o andamento do pedido. Hoje, o requerimento é enviado pela internet e cada etapa fica registrada no sistema, o que permite acompanhar o processo de casa. A mudança, porém, exigiu treinamento dos servidores e não eliminou o atendimento presencial, mantido para quem não tem acesso à rede.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a implantação do protocolo digital:

(A) permitiu acompanhar o andamento dos pedidos sem ir ao órgão, embora o atendimento presencial tenha sido mantido.
(B) eliminou o atendimento presencial, substituído pelo envio dos pedidos pela internet.
(C) dispensou o treinamento dos servidores, por ser um sistema simples.
(D) aumentou as filas, pois os cidadãos passaram a voltar mais vezes ao setor.
(E) restringiu os requerimentos a quem tem acesso à internet.

14

INÉDITA FAROL

O acostamento existe para emergências, mas, nas rodovias brasileiras, transformou-se em faixa extra para quem não tolera esperar. Nos feriados, quando o fluxo de veículos dobra, motoristas impacientes avançam pela lateral da pista e criam um risco que ultrapassa o próprio veículo: obrigam ambulâncias a disputar espaço, surpreendem ciclistas e pedestres e, não raro, provocam colisões ao retornar à faixa de rolamento. A fiscalização eletrônica ajuda a coibir a prática, porém não a elimina. Especialistas lembram que a regra só se torna hábito quando o condutor entende que o acostamento livre pode ser, amanhã, o caminho do socorro que ele próprio vai esperar.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, o uso indevido do acostamento:

(A) põe em risco não só o próprio motorista, mas também socorristas, ciclistas e pedestres.

(B) é totalmente eliminado pela fiscalização eletrônica.

(C) ocorre apenas nos dias úteis, quando o fluxo é menor.

(D) é recomendado pelos especialistas em casos de congestionamento.

(E) não provoca colisões, pois o acostamento é largo.

15

INÉDITA FAROL

Dona Lurdes chegou ao balcão às sete e meia, meia hora antes de a repartição abrir. Trazia numa sacola plástica todos os papéis que juntara em quarenta anos de trabalho: carteiras, recibos, um contracheque amarelado. Queria a aposentadoria e não confiava em computadores. O servidor que a atendeu poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos. Saíram de lá, os dois, com o pedido protocolado e uma lição que nenhum treinamento ensina: atender bem é, antes de tudo, não ter pressa com quem esperou a vida inteira.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que o servidor:

(A) adaptou o atendimento à necessidade da usuária, em vez de apenas indicar o aplicativo.

(B) recusou-se a atender Dona Lurdes antes do horário de abertura.

(C) exigiu que Dona Lurdes fizesse o pedido pelo aplicativo.

(D) considerou desnecessários os documentos trazidos na sacola.

(E) estava participando de um treinamento sobre atendimento.

16

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Segundo o texto, os atropelamentos em rodovias federais concentram-se:

(A) no período noturno e nos trechos urbanos.

(B) nas manhãs de fim de semana.

(C) nos trechos rurais e desertos.

(D) nas proximidades de postos de fiscalização.

(E) durante o dia, em pistas duplicadas.

17

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a atitude mais eficaz diante de um cidadão irritado é:

(A) ouvir até o fim, repetir com calma o pedido e explicar com clareza o que pode ou não ser feito.

(B) responder no mesmo tom, para impor respeito.

(C) ler o regulamento em voz alta.

(D) encaminhá-lo imediatamente à chefia.

(E) encerrar o atendimento até que ele se acalme.

18

INÉDITA FAROL

Na estrada que liga a cidade ao litoral, há um posto da polícia rodoviária que conheço desde menino. Meu pai parava ali para perguntar sobre a serra, e o agente, sempre o mesmo, respondia sem pressa, apontando no mapa os trechos de neblina. Hoje os celulares avisam tudo, e ninguém mais desce do carro para perguntar. Ainda assim, quando passo por lá, reduzo a velocidade por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que o narrador:

(A) mantém o hábito de reduzir a velocidade ao passar pelo posto, por lembrança afetiva do passado.

(B) para no posto todos os dias para pedir informações.

(C) considera os celulares inúteis na estrada.

(D) trabalha como agente rodoviário naquele posto.

(E) nunca conheceu o agente que atendia seu pai.

19

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

De acordo com o texto, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa.

(C) Certo (E) Errado

20

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

Entende-se da leitura do texto que a criatividade é fruto da combinação entre os pensamentos convergente e divergente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

21

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

O autor do texto argumenta contra a proposta de J. P. Guilford sobre o raciocínio humano.

(C) Certo (E) Errado

22

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

No texto, o pensamento convergente é apresentado como mais complexo para os seres humanos que o divergente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

23

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Segundo o texto, a IA generativa tem crescido de forma exponencial, assim como a adoção de medidas de segurança cibernética.

(C) Certo (E) Errado

24

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Conclui-se do texto que o Brasil lidera o ranking mundial de fraudes cometidas em ambiente virtual baseadas na utilização de imagens de pessoas famosas e celebridades.

(C) Certo (E) Errado

Gabarito comentado · Língua Portuguesa

1 D 2 A 3 E 4 B 5 C 6 C 7 A 8 D 9 E 10 D 11 C 12 A 13 A 14 A 15 A 16 A 17 A 18 A 19 C 20 E 21 E 22 E 23 E 24 E

1 **D** Elementos da comunicação e funções da linguagem

A função conativa volta-se ao receptor e usa vocativo e imperativo, como em "Motorista, use o cinto!". A fática (E) apenas testa ou mantém o contato com o interlocutor.

2 **A** Elementos da comunicação e funções da linguagem

A função metalinguística centra-se no código, com a língua explicando a língua, como em dicionários. A referencial (C) informa sobre um assunto, sem tomar a própria língua por objeto.

3 **E** Elementos da comunicação e funções da linguagem

Os verbos no imperativo ("Venha", "Agende") e o foco no leitor ("o seu horário") buscam convencê-lo a agir: função apelativa ou conativa, típica da publicidade. A referencial (A) informa de modo objetivo; a emotiva (B) expressa sentimentos do emissor; a metalinguística (C) explica o próprio código; a fática (D) testa ou mantém o canal ("alô", "entendeu?").

4 **B** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

"Sobretudo" equivale a "principalmente": destaca os comportamentos como o fator mais importante, depois de dizer que boas estradas não bastam. Não há oposição, conclusão, tempo ou condição.

5 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto conclui: "a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço". Logo, ela integra o serviço; não é opcional (A) nem substitui a orientação (E).

6 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O "Por isso" liga a proposta aos problemas citados no período anterior: comunicação mais lenta e dificuldade dos recém-chegados. A produtividade aumentou com o trabalho remoto, e não caiu (A). O modelo remoto continua nos demais dias (B). Punição (D) e custos (E) não são mencionados.

7 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto reconhece os ganhos da tecnologia ("de fato encurtaram filas"), mas sustenta que ela não resolve "sozinha" um problema de organização: a modernização "começa antes do computador", ao questionar por que cada etapa existe. Ele não diz que a tecnologia é inútil (B), não propõe abolir formulários (C) nem afirma que a burocracia acabou (D).

8 **D** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Dizer que a engenharia "precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige" pressupõe que hoje ela olha sobretudo para o motorista. O texto atribui o risco à falta de estrutura, e não culpa os pedestres (A), e defende a iluminação (E).

9 **E** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Firmeza (manter limites) e rispidez (aspereza) são separadas: dá para ser firme sem ser grosseiro. O último período reforça isso: "Não se trata de aceitar desaforos", o que exclui (A) e (B).

10 **D** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que "não houve obra de duplicação nem mudança no traçado" e atribui a queda à combinação de sinalização, radares e fiscalização frequente, "medidas simples, aplicadas com constância". A duplicação é expressamente negada (A); clima (B) e volume de veículos (C) não são mencionados como causa; nos fins de semana houve fiscalização, não proibição de tráfego (E).

11 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que a digitalização "não eliminou o trabalho de organizar" e que "tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível". O trabalho de organizar continua necessário (A); o texto iguala a facilidade de perda ("com a mesma facilidade"), não a compara a favor do eletrônico (B); os sistemas ajudam "desde que alguém tenha decidido antes" (D); as pilhas são cena de algumas décadas atrás (E).

12 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O último período afirma que "a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos". As campanhas apenas "ajudam" (A está errada), e o texto diz que o trânsito seguro não depende apenas de boas estradas (B).

13 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto diz que cada etapa fica registrada no sistema, "o que permite acompanhar o processo de casa", e que o atendimento presencial foi "mantido para quem não tem acesso à rede". Isso contradiz (B) e (E). A mudança "exigiu treinamento dos servidores" (C). As filas e o retorno ao setor são descritos como coisa do passado (D).

14 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto diz que o motorista cria "um risco que ultrapassa o próprio veículo" e lista ambulâncias, ciclistas, pedestres e colisões. A fiscalização "não a elimina" (B). A prática é citada nos feriados (C). Os especialistas defendem o acostamento livre (D). O texto menciona colisões (E).

15 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O servidor "poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos": ajustou o atendimento a quem "não confiava em computadores". Isso contraria (C) e (D). O texto não fala em recusa (B) e afirma que a lição não vem de treinamento (E).

16 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O primeiro período diz que os atropelamentos “se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros”. As demais alternativas não têm apoio no texto.

17 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que ouvir, repetir com calma e explicar com clareza “costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta”. Responder no mesmo tom (B) é a “tentação” a ser evitada, e o regulamento lido em voz alta (C) é apresentado como menos eficaz.

18 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O narrador reduz a velocidade “por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está”: o gesto é memória afetiva. Ele diz que “ninguém mais desce do carro” (B) e não critica os celulares (C). O texto não diz que ele é agente (D), e o agente era “sempre o mesmo”, conhecido da família (E).

19 **Certo** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolaç...

Certo. O primeiro parágrafo afirma que a criatividade "parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões" — ou seja, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa, ideia que o autor contesta a seguir ("Isso não é verdade").

20 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. Segundo o texto, Guilford sustenta que "a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente"; o texto não diz que ela resulta da combinação dos pensamentos convergente e divergente.

21 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O autor apenas expõe a proposta de Guilford e ainda informa que "essa explicação é a mais aceita pelos cientistas"; não há argumentação contra ela.

22 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto não compara a complexidade dos dois raciocínios para os seres humanos: descreve o convergente como estruturado (uma única solução) e o divergente como "mais fluido e caótico".

23 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto afirma que a IA generativa "cresce exponencialmente" e que essa expansão torna "essencial a adoção de medidas preventivas"; não diz que a adoção de medidas de segurança cresce no mesmo ritmo.

24 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapola...

Errado. O texto diz que imagens de famosos "são muito utilizadas por criminosos" e que o uso de deepfakes cresceu 830% no Brasil; não afirma que o Brasil lidera algum ranking mundial de fraudes.



02

Ética no Serviço Público

2 tópicos · 46 questões no caderno · 46 online

2.1 Ética e moral 32

2.2 Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor ● 40

● prioridade alta no edital

2.1 ITEM 1 DO EDITAL PRIORIDADE MEDIA

Ética e moral



Tópico online
podcast, revisão e atualizações



17 questões online
corrigidas na hora

Resumo

Moral e ética tratam da conduta humana, mas não são sinônimas. A moral é o conjunto de costumes e regras de um grupo; a ética é a reflexão sobre esses costumes.

- **Moral:** prática, normativa e variável no tempo e no espaço.
- **Ética:** teórica, crítica, voltada aos fundamentos do agir correto; é chamada de ciência da moral.
- **Origem das palavras:** moral vem do latim *mos, moris* (costume); ética, do grego *ethos* (caráter, modo de ser).
- **Amoral e imoral:** o amoral é indiferente à moral; o imoral a contraria.
- **Moral e Direito:** só o Direito tem coerção organizada pelo Estado.
- **Correntes:** ética das virtudes (Aristóteles), do dever (Kant) e utilitarismo (Bentham e Mill).
- **Código de ética:** sua falta não dispensa a conduta ética do servidor.

Entenda

Moral

A moral é o conjunto de costumes, valores e regras de conduta de um grupo social, em certo momento histórico. É vivida no dia a dia, antes de qualquer teoria, e muda com a cultura e com o tempo. Sua sanção é difusa: a reprovação do grupo e o peso na consciência. Agir moralmente não exige reflexão filosófica; basta seguir o costume aprendido.

> *Ex.: ceder o assento a uma pessoa idosa é regra moral que muita gente segue sem perguntar por quê.*

Ética

A ética é a reflexão filosófica e crítica sobre a moral. Investiga os fundamentos e a validade das regras de conduta, e por isso tem a moral como objeto de estudo. Pode questionar a moral vigente: nem toda prática habitual e socialmente aceita é eticamente justificável. Toda sociedade humana tem ética, ainda que seus valores sejam diferentes dos hegemônicos. Os valores éticos também sofrem influência social e cultural e mudam; a ética aplicada à função pública não é universal nem fixa no tempo.

> *Ex.: a escravidão já foi aceita pela moral de várias sociedades; a reflexão ética mostrou que era injustificável.*

Amoral, imoral e responsabilidade moral

Amoral é quem não tem noção das regras morais ou é indiferente a elas. Imoral é quem as conhece e as contraria. A responsabilidade moral pressupõe consciência (saber o que faz) e liberdade (poder agir de outro modo). No setor público, a ingerência política e as relações de poder podem prejudicar essa autonomia.

> *Ex.: o recém-nascido é amoral. O adulto que mente para obter vantagem é imoral.*

Moral e Direito

As duas ordens regulam condutas, mas só o Direito conta com a coerção organizada do Estado. Pela teoria do mínimo ético, o Direito protege a parcela da moral indispensável à convivência.

> *Ex.: quem deixa de cumprimentar o vizinho sofre reprovação social. Quem deixa de pagar um imposto sofre cobrança do Estado.*

Ética das virtudes

> Para Aristóteles, agir bem é formar o caráter pelo hábito. A virtude é o meio-termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta. O fim da vida ética é a felicidade, a *eudaimonia*.

> *Ex.: a coragem fica entre a covardia, que é a falta, e a temeridade, que é o excesso.*

Ética do dever

Para Kant, a ação é correta quando cumpre o dever, quaisquer que sejam as consequências. O critério é o imperativo categórico: agir apenas segundo a máxima que se possa querer como lei universal e tratar a pessoa sempre como fim, nunca só como meio. Há autonomia quando o indivíduo segue a norma que sua própria razão estabelece, e não uma imposição externa, o medo de punição ou o desejo de recompensa.

> *Ex.: não mentir, ainda que a mentira trouxesse vantagem.*

Utilitarismo e outras correntes

Para o utilitarismo de Bentham e Stuart Mill, correta é a ação que produz a maior felicidade para o maior número; o que conta são as consequências. Na ética do discurso, de Habermas, são válidas as normas que todos os afetados aceitariam em um diálogo livre. Max Weber distingue a ética da convicção, guiada pela pureza das intenções, da ética da responsabilidade, que responde pelas consequências previsíveis dos atos.

> *Ex.: no dilema do trem, o utilitarista desvia o vagão para salvar cinco pessoas à custa de uma.*

Ética profissional e código de ética

Deontologia profissional é o conjunto de deveres de uma profissão. O código de ética reúne princípios e normas que orientam seu exercício, mas não substitui a consciência e a reflexão do profissional. A falta de um código não exime o servidor de conduta pautada por preceitos deontológicos. O compromisso ético de uma categoria se expressa na adesão ao seu código. No serviço público federal, o Decreto nº 1.171/1994 abre com as "regras deontológicas" e manda decidir principalmente entre o honesto e o desonesto.

> *Ex.: o órgão não tem código próprio. O servidor continua obrigado à honestidade e ao decoro.*

Quadro

	Moral	Ética
Natureza	Prática; fenômeno social	Teórica; reflexão filosófica
Origem	Latim *mos, moris*: costume	Grego *ethos*: caráter, modo de ser
Pergunta	O que devo fazer aqui e agora?	Por que isso é correto?
Relação	É o objeto de estudo	É a ciência da moral
Sanção	Reprovação social e consciência	Não impõe sanção; fundamenta juízos

Corrente	Ideia central	Autor
Virtudes	A virtude é o meio-termo; o fim é a felicidade	Aristóteles
Dever (deontologia)	Agir por dever; imperativo categórico; pessoa como fim	Kant
Utilitarismo	Maior felicidade para o maior número	Bentham e Stuart Mill
Discurso	Normas aceitas por todos os afetados em diálogo livre	Habermas
Responsabilidade e convicção	Responder pelas consequências; não só pela intenção	Max Weber

Como a banca cobra

- "A moral corresponde a um conjunto historicamente situado de costumes, valores e regras de conduta de determinado grupo social, ao passo que a ética é a reflexão filosófica e crítica sobre a moral." → **certo**.
- "Ética e moral são conceitos absolutamente idênticos e intercambiáveis em qualquer contexto." → **errado**.
- "A ética e a moral não são sinônimas, sendo esta última objeto de estudo da primeira, que poderia ser definida como ciência da moral." → **certo**.
- "Agir moralmente pressupõe necessariamente a realização de uma reflexão ética." → **errado** (a moral é vivida como costume).
- "Eventual inexistência de um código de ética aplicável aos servidores de um órgão exime-os de uma conduta pautada por preceitos deontológicos." → **errado**.
- "Por serem habituais, frequentes e racionalmente justificáveis, as ações socialmente estabelecidas são sempre eticamente aceitas." → **errado**.
- "A ética aplicada à função pública é universal e, por isso, ultrapassa fronteiras, espaços geográficos e o tempo." → **errado** (varia com o contexto social e histórico).
- "O compromisso ético de uma categoria profissional independe da adesão a seu código de ética profissional." → **errado**.
- **Detalhe que derruba o item:** as características invertidas (teórica e prática; reflexão e costume), "absolutamente idênticos", "sempre" e "necessariamente".

Revisão rápida

- [ ] **O que é moral?** O conjunto de costumes e regras de conduta de um grupo, em certa época.
- [ ] **O que é ética?** A reflexão filosófica e crítica sobre a moral.
- [ ] **De onde vêm as palavras?** Moral, de *mos* (costume); ética, de *ethos* (caráter).
- [ ] **Qual a diferença entre amoral e imoral?** O amoral é indiferente à moral; o imoral a contraria.
- [ ] **O que distingue o Direito da moral?** A coerção organizada pelo Estado.
- [ ] **O que é a virtude para Aristóteles?** O meio-termo entre o excesso e a falta.
- [ ] **Qual o critério de Kant?** O dever, expresso no imperativo categórico.
- [ ] **A falta de código de ética libera o servidor?** Não.

Mapa mental

Ética e moral

Moral
- Costumes vigentes
- Prática e variável
- Mos, moris

Ética
- Reflexão crítica sobre a moral
- Pretensão universal
- Ethos

Direito × moral
- Direito tem coercibilidade
- Mínimo ético

Correntes
- Aristóteles: virtudes, meio-termo
- Kant: dever, imperativo categórico
- Utilitarismo: maior felicidade
- Weber: responsabilidade × convicção

Distinções
- Amoral × imoral

⚠ Pegadinha
- Moral universal, ética variável → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Qual a diferença entre moral e ética?	**Moral**: costumes, valores e regras de conduta de um grupo social — muda com o tempo e a cultura. **Ética**: reflexão filosófica e crítica sobre a moral, busca fundamentar racionalmente o bem agir.
Agir moralmente exige reflexão ética? Ações habituais e socialmente aceitas são sempre éticas? Há sociedade sem ética?	Não, não e não: a **moral é vivida** (costumes) e pode ser seguida sem reflexão — a **ética** é a reflexão crítica sobre ela. O **hábito** ou a aceitação social não tornam a ação eticamente correta. Toda sociedade humana tem moral e valores, ainda que **não hegemônicos**.

Código de ética: sua falta exime o servidor de conduta ética? O compromisso ético de uma categoria independe da adesão ao código?	1. **Não exime** — os deveres deontológicos decorrem da própria função e da consciência moral. 2) **Não independe**: o compromisso ético de uma categoria profissional se concretiza pela **adesão** dos seus membros ao código de ética da profissão (Cebraspe: "independe da adesão" → errado). A conduta ética pressupõe **consciência e autonomia**, que podem ser prejudicadas por ingerência política e relações de poder.
Ética × moral	**Moral**: normas e costumes vividos por um grupo (prática, histórica). **Ética**: reflexão teórica sobre a moral.
Ética profissional	Princípios e normas que orientam o exercício de uma profissão; **não substituem** a consciência e a reflexão do profissional.
Responsabilidade moral	Pressupõe **consciência** (saber o que faz) e **liberdade** (poder agir de outro modo).
Origem de ética e moral	Moral vem do latim mos, moris, que significa costume, e ética vem do grego ethos, que remete a morada, caráter e modo de ser do indivíduo.
Amoral × imoral	Os conceitos estão invertidos: amoral é o indiferente à moral, como o bebê, enquanto imoral é quem contraria a moral vigente, como quem mente para obter vantagem.
Kant	Kant formula uma ética deontológica, baseada no dever e no imperativo categórico, segundo a qual a pessoa deve ser sempre tratada como fim, e não como simples meio.
Utilitarismo	Para o utilitarismo de Bentham e Mill, a ação correta é a que produz a maior felicidade para o maior número, a exemplo do dilema de desviar o trem.
Aristóteles e eudaimonia	A ética de Aristóteles é das virtudes: a virtude é o meio-termo, e o fim é a eudaimonia; a ênfase no dever é característica da deontologia de Kant.

? Questões

gabarito comentado na p. 52

25 INÉDITA FAROL

Para Immanuel Kant, agir segundo a norma que a própria razão do indivíduo estabelece, e não por imposição externa, medo de punição ou desejo de recompensa, caracteriza a:

(A) autonomia moral.
(B) heteronomia moral.
(C) anomia.
(D) ética hedonista.
(E) ética utilitarista.

26 INÉDITA FAROL

Para Aristóteles, a virtude é um meio-termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta. Nessa perspectiva, a coragem situa-se entre:

(A) a prudência e a justiça.
(B) a temperança e a generosidade.
(C) a obediência e a rebeldia.
(D) a covardia e a temeridade.
(E) o medo e a prudência.

27 INÉDITA FAROL

Sobre a distinção entre ética e moral, assinale a alternativa correta.

(A) Ética e moral são sinônimos perfeitos em qualquer contexto.
(B) A moral reúne costumes e regras vigentes num grupo e numa época; a ética é a reflexão crítica sobre a moral.
(C) A moral é a reflexão filosófica sobre os costumes; a ética é o conjunto de costumes de um grupo.
(D) A ética é imutável e a moral não varia entre culturas.
(E) A moral tem sanção estatal organizada, como o Direito.

28 INÉDITA FAROL

Sobre a moral, é correto afirmar que:

(A) seus valores são imutáveis e idênticos em todas as sociedades.
(B) seus valores e normas variam entre sociedades e ao longo da história.
(C) é sinônimo de direito positivo, imposto pelo Estado.
(D) independe da cultura e dos costumes do grupo social.
(E) não exerce influência sobre a conduta das pessoas.

29 INÉDITA FAROL

Um adulto que mente para obter vantagem pessoal e um recém-nascido, ainda incapaz de compreender normas, são classificados, respectivamente, como:

(A) amoral e imoral.
(B) imoral e amoral.
(C) antiético e imoral.
(D) amoral e antiético.
(E) imoral e imoral.

30 INÉDITA FAROL

A moral é universal e imutável, valendo igualmente em todas as épocas e culturas.

(C) Certo (E) Errado

31 INÉDITA FAROL

O código de ética profissional substitui a consciência moral do profissional, dispensando a reflexão pessoal.

(C) Certo (E) Errado

32 INÉDITA FAROL

A responsabilidade moral pressupõe consciência e liberdade do agente.

(C) Certo (E) Errado

33 INÉDITA FAROL

A palavra moral provém do latim mos, moris, relativo a costume, enquanto ética provém do grego ethos, ligado a caráter e modo de ser.

(C) Certo (E) Errado

34 INÉDITA FAROL

Amoral é quem contraria a moral vigente, e imoral é quem é indiferente a ela.

(C) Certo (E) Errado

35 INÉDITA FAROL

A ética kantiana é deontológica e determina que a pessoa seja sempre tratada como fim.

(C) Certo (E) Errado

36 INÉDITA FAROL

O utilitarismo de Bentham e Mill orienta a conduta pela maior felicidade para o maior número de pessoas.

(C) Certo (E) Errado

37 INÉDITA FAROL

Para Aristóteles, o fim da ética é o cumprimento do dever, independentemente da felicidade.

(C) Certo (E) Errado

38 INÉDITA FAROL

Do ponto de vista conceitual, a moral corresponde a um conjunto historicamente situado de costumes, valores e regras de conduta de determinado grupo social, ao passo que a ética é a reflexão filosófica e crítica sobre a moral, voltada a fundamentar racionalmente o agir correto.

(C) Certo (E) Errado

39 INÉDITA FAROL

Ética e moral são conceitos absolutamente idênticos e intercambiáveis em qualquer contexto, não havendo distinção teórica relevante entre eles.

(C) Certo (E) Errado

40 INÉDITA FAROL

A moral tem caráter prático e normativo, ligado aos costumes de um grupo social.

(C) Certo (E) Errado

41 INÉDITA FAROL

A ética profissional reúne princípios e normas de conduta que orientam o exercício de uma profissão.

(C) Certo (E) Errado

2.2 ITEM 3.1.1 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

Videoaula
aula completa no YouTube

29 questões online
corrigidas na hora

Resumo

O regime disciplinar da Lei nº 8.112/1990 parte de duas listas: os deveres do servidor (art. 116) e as proibições (art. 117). A banca cobra o texto literal, com trocas pontuais.

- **Deveres:** doze incisos. Descumprir dever funcional leva, em regra, à advertência.
- **Obediência:** o servidor cumpre as ordens superiores, exceto as manifestamente ilegais.
- **Representação:** contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; segue pela via hierárquica.
- **Proibições:** dezenove incisos, com pena conforme o inciso.
- **Advertência:** incisos I a VIII e XIX.
- **Suspensão:** incisos XVII e XVIII.
- **Demissão:** incisos IX a XVI.
- **Sociedade privada:** o servidor pode ser acionista, cotista ou comanditário; não pode gerir nem administrar.

Entenda

Deveres ligados ao serviço

O servidor exerce o cargo com zelo e dedicação (art. 116, I), é assíduo e pontual (X), zela pela economia do material e pela conservação do patrimônio público (VII) e atende com presteza (V): ao público em geral, com as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo; à expedição de certidões para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal; e às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

> *Ex.: o cidadão pede certidão para instruir um recurso de multa. O servidor a expede com presteza; não pode exigir que ele explique por que precisa dela além do que a lei prevê.*

Deveres de conduta

O servidor é leal às instituições a que serve (II), observa as normas legais e regulamentares (III), guarda sigilo sobre assunto da repartição (VIII), mantém conduta compatível com a moralidade administrativa (IX) e trata as pessoas com urbanidade (XI).

> *Ex.: o policial que comenta com terceiros os detalhes de uma operação ainda em planejamento viola o dever de sigilo.*

Obediência hierárquica e seu limite

O servidor cumpre as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais (IV). Ordem manifestamente ilegal é aquela cuja ilegalidade é evidente. A ordem de legalidade apenas duvidosa se cumpre. A lei não prevê a saída de cumprir a ordem ilegal e registrar a discordância por escrito.

> *Ex.: o chefe manda liberar veículo apreendido sem o pagamento das taxas, para favorecer um conhecido. A ordem é manifestamente ilegal e não se cumpre.*

Comunicar irregularidades e representar

São dois deveres. Pelo inciso VI, o servidor leva as irregularidades de que tem ciência em razão do cargo à autoridade superior; se houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração. Pelo inciso XII, representa contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder. A representação é encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurada ampla defesa ao representado (parágrafo único).

> *Ex.: o servidor descobre que o chefe imediato participa de fraude em diárias. Comunica o fato à autoridade acima dele ou ao órgão correcional, não ao próprio chefe.*

Proibições punidas com advertência

Incisos I a VIII e XIX (art. 129): ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato; retirar documento ou objeto da repartição sem prévia anuência; recusar fé a documentos públicos; opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou serviço; promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; cometer a pessoa estranha à repartição atribuição sua ou de subordinado; coagir ou aliciar subordinados para filiação a associação, sindicato ou partido; manter parente sob chefia imediata; recusar-se a atualizar dados cadastrais.

> *Ex.: o servidor sai no meio do expediente para resolver assunto pessoal e pretende justificar depois. A autorização tem de ser prévia; a conduta é proibida.*

Nepotismo do inciso VIII

É proibido manter sob chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil. Três elementos delimitam a regra: chefia imediata, cargo ou função de confiança e segundo grau. A Súmula Vinculante 13, mais ampla, alcança o terceiro grau; a prova que cita o art. 117 quer o segundo.

> *Ex.: o chefe designa o irmão (segundo grau) para função de confiança no próprio setor. Conduta proibida.*

Proibições punidas com suspensão

Incisos XVII e XVIII: cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias; exercer atividades incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho. A base é o art. 130: a suspensão pune as "demais proibições" que não levam à demissão e a reincidência em falta punida com advertência.

> *Ex.: o chefe determina, de forma permanente, que o motorista do órgão faça a contabilidade do setor.*

Proibições punidas com demissão

Incisos IX a XVI (art. 132, XIII): valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; participar de gerência ou administração de sociedade privada ou exercer o comércio; atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas; receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão das atribuições; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; praticar usura; proceder de forma desidiosa; utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços particulares.

> *Ex.: o servidor usa o cargo para cancelar a multa de um amigo. Valeu-se do cargo para proveito de outrem: demissão.*

Exceções dos incisos X e XI

Sociedade privada (X): o servidor pode ser acionista, cotista ou comanditário, isto é, sócio que investe sem gerir. A vedação de gerência também não se aplica à participação em conselhos de administração e fiscal de empresas em que a União detenha participação no capital, ou em sociedade cooperativa constituída para

prestar serviços a seus membros, nem durante o gozo de licença para tratar de interesses particulares, observada a legislação sobre conflito de interesses (parágrafo único).

Procurador (XI): a proibição não alcança benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro.

> *Ex.: o servidor tem cotas de uma loja administrada pela esposa: permitido. O servidor acompanha, como procurador, o pedido de pensão da mãe no INSS: permitido.*

Efeito extra dos incisos IX e XI

A demissão ou a destituição de cargo em comissão por valer-se do cargo (IX) ou por atuar como procurador ou intermediário (XI) incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal por cinco anos (art. 137).

> *Ex.: demitido em 2026 por usar o cargo em proveito próprio, o ex-servidor só pode tomar posse em outro cargo federal a partir de 2031.*

Acumulação e cargo em comissão

A acumulação remunerada de cargos é vedada, ressalvados os casos da Constituição, e mesmo a lícita depende de compatibilidade de horários (art. 118). O servidor que acumula licitamente dois cargos efetivos e é investido em cargo em comissão fica afastado de ambos, salvo se houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos envolvidos (art. 120).

> *Ex.: professor em duas universidades federais é nomeado para cargo em comissão. Afasta-se dos dois cargos; no máximo, mantém um deles, se horário e local permitirem.*

§ Letra da lei

Lei nº 8.112/1990, art. 116 — "São deveres do servidor:"

- "I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;"
- "II - ser leal às instituições a que servir;"
- "III - observar as normas legais e regulamentares;"
- "IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;"
- "V - atender com presteza: a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo; b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal; c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública."
- "VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;"
- "VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;"
- "VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;"
- "IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;"
- "X - ser assíduo e pontual ao serviço;"
- "XI - tratar com urbanidade as pessoas;"
- "XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder."

Lei nº 8.112/1990, art. 116, parágrafo único — "A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa."

Lei nº 8.112/1990, art. 117 — "Ao servidor é proibido:"

- "I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;"
- "II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;"
- "III - recusar fé a documentos públicos;"
- "IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;"
- "V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;"
- "VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;"
- "VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;"
- "VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;"
- "IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;"
- "X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;"
- "XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;"
- "XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;"
- "XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;"
- "XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;"
- "XV - proceder de forma desidiosa;"
- "XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;"
- "XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;"
- "XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;"
- "XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado."

Quadro

Proibições do art. 117	Pena	Base
I a VIII e XIX	Advertência	Art. 129
XVII e XVIII	Suspensão	Art. 130
IX a XVI	Demissão	Art. 132, XIII
IX e XI	Demissão e cinco anos sem nova investidura federal	Art. 137

Como a banca cobra

- "É dever do servidor cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais." → **certo** (art. 116, IV).
- "O servidor deve cumprir todas as ordens superiores, ainda que manifestamente ilegais, cabendo-lhe apenas ressalvar por escrito a discordância." → **errado** (a ordem manifestamente ilegal não se cumpre).
- "Manter conduta compatível com a moralidade administrativa e representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder são deveres do servidor." → **certo** (art. 116, IX e XII).
- "Zelar pela economia do material, conquanto não seja um dever legal, é boa prática recomendada." → **errado** (é dever: art. 116, VII).
- "É direito do servidor ausentar-se do serviço durante o expediente, desde que a ausência seja justificada posteriormente." → **errado** (é proibição; a autorização é prévia).
- "É proibido ao servidor valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública." → **certo** (art. 117, IX).
- "O servidor que acumular licitamente dois cargos efetivos e for investido em cargo em comissão poderá continuar a exercer ambos, havendo compatibilidade de horário e local." → **errado** (afasta-se de ambos; a ressalva vale para um deles).
- "É proibido recusar fé a documentos públicos." → **certo** (art. 117, III).
- **Detalhe que derruba o item:** a palavra retirada ou trocada no texto da lei. "Manifestamente" suprimido no dever de obediência; "terceiro grau" no lugar de "segundo grau"; autorização "posterior" no lugar de "prévia"; dever apresentado como mera recomendação; proibição de ser acionista ou cotista.

Revisão rápida

- [ ] **Que ordem o servidor não cumpre?** A manifestamente ilegal (art. 116, IV).
- [ ] **Por onde segue a representação?** Pela via hierárquica, até a autoridade superior à representada.
- [ ] **Quais proibições geram advertência?** Incisos I a VIII e XIX do art. 117.
- [ ] **Quais geram suspensão?** Incisos XVII e XVIII.
- [ ] **Quais geram demissão?** Incisos IX a XVI.
- [ ] **Até que grau vai o nepotismo do art. 117, VIII?** Segundo grau civil, sob chefia imediata, em cargo ou função de confiança.
- [ ] **O servidor pode ser sócio de empresa?** Sim, como acionista, cotista ou comanditário; não pode gerir.
- [ ] **Que incisos impedem nova investidura federal por cinco anos?** IX e XI (art. 137).

Mapa mental

Lei 8.112: deveres e proibições

Deveres (art. 116)
- Zelo, lealdade, presteza, sigilo
- Cumprir ordens, salvo manifestamente ilegais
- Representar contra ilegalidade

Representação
- Pela via hierárquica
- Apreciada por superior ao representado

Proibições e penas
- I a VIII e XIX: advertência
- XVII e XVIII: suspensão
- IX a XVI: demissão

Destaques
- Nepotismo: até 2º grau, chefia imediata
- Valer-se do cargo: demissão
- Propina, usura, desídia: demissão

Permitido
- Acionista ou cotista
- Procurador de parente em benefício

⚠ Pegadinha
- Cumprir ordem manifestamente ilegal → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Lei 8.112/1990, art. 116, IV — dever do servidor quanto às ordens superiores.	Cumprir as ordens superiores, **exceto quando manifestamente ilegais**.
Lei 8.112/1990, art. 117, IX — é proibido ao servidor valer-se do cargo para...	...**lograr proveito pessoal ou de outrem**, em detrimento da dignidade da função pública.
Lei 8.112/1990, art. 116, IX e XII — quais deveres do servidor tratam de moralidade e de ilegalidade?	**Manter conduta compatível com a moralidade administrativa** (IX) e **representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder** (XII). A representação vai **pela via hierárquica** e é apreciada pela autoridade superior à representada (parágrafo único).
Lei 8.112/1990, art. 116: atender com presteza, zelar pela economia do material e guardar sigilo são deveres legais?	**Sim**, todos são deveres expressos: **V** - atender com presteza; **VII** - zelar pela **economia do material** e conservação do patrimônio; **VIII** - guardar sigilo sobre assunto da repartição. Pegadinha: chamar a economia de material de mera "boa prática".
Lei 8.112/1990, art. 117, I: o servidor pode ausentar-se durante o expediente e justificar depois?	**Não** — é **proibido** ausentar-se do serviço durante o expediente **sem prévia autorização do chefe imediato**. A autorização é **prévia**, não justificativa posterior.
Lei 8.112/1990, art. 120: servidor que acumula licitamente dois cargos efetivos e é nomeado para cargo em comissão.	Fica **afastado de ambos** os cargos efetivos, **salvo** compatibilidade de horário e local com o exercício de **um deles**, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos envolvidos. Nunca continua nos dois.

Proibições (Lei 8.112, art. 117)	Ex.: ausentar-se sem autorização; recusar fé a documentos públicos; manter sob chefia imediata cônjuge ou parente até o 2º grau; receber presente em razão das atribuições; gerenciar empresa privada (salvo exceções).
Deveres (Lei 8.112, art. 116)	Ex.: zelo e dedicação; lealdade; cumprir ordens (salvo manifestamente ilegais); **levar irregularidades ao conhecimento da autoridade superior**; tratar as pessoas com **urbanidade**; assiduidade.
Servidor sócio	A Lei 8.112/1990 proíbe o servidor de gerir sociedade privada e de comerciar, mas ele pode participar como acionista, cotista ou comanditário, sem atos de gerência.
Art. 117, VIII	O art. 117, VIII, veda manter sob chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil do servidor.
Penas das proibições do art. 117	Os incisos I a VIII e XIX do art. 117 geram advertência; os incisos XVII e XVIII, suspensão; e os incisos IX a XVI, demissão, conforme a Lei 8.112/1990.

Questões

gabarito comentado na p. 52

42 INÉDITA FAROL

Segundo o parágrafo único do art. 116 da Lei 8.112/1990, a representação contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder:

(A) deve ser apresentada diretamente ao Poder Judiciário.
(B) é dispensável quando o servidor discorda da chefia.
(C) será arquivada sem análise se envolver o chefe imediato.
(D) só pode ser feita por servidor estável.
(E) será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

43 INÉDITA FAROL

Segundo o art. 117, XI, da Lei 8.112/1990, é proibido ao servidor atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de:

(A) interesses de qualquer amigo próximo.
(B) contratos da empresa em que é sócio-gerente.
(C) benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro.
(D) processos de licitação de qualquer interessado.
(E) pedidos de clientes particulares mediante remuneração.

44 INÉDITA FAROL

Nos termos do art. 117, VIII, da Lei 8.112/1990, é proibido ao servidor manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança:

(A) qualquer pessoa sem curso superior.
(B) cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
(C) servidores de outro órgão cedidos.
(D) parentes até o quinto grau.
(E) servidores em estágio probatório.

45 INÉDITA FAROL

Segundo a Lei 8.112/1990, o servidor que se vale do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública (art. 117, IX), está sujeito à penalidade de:

(A) demissão.
(B) advertência.
(C) suspensão de até 15 dias.
(D) censura.
(E) multa.

46 INÉDITA FAROL

Nos termos do art. 116, V, da Lei 8.112/1990, é dever do servidor atender com presteza:

(A) apenas às autoridades de hierarquia superior.
(B) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal, entre outras hipóteses.
(C) somente aos pedidos feitos por advogado.
(D) exclusivamente às requisições do Poder Judiciário.
(E) apenas ao público que agendar atendimento.

47 INÉDITA FAROL

Segundo o art. 116, VI, da Lei 8.112/1990, o servidor deve levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento:

(A) da imprensa, antes de qualquer outra providência.
(B) apenas dos colegas de setor.
(C) exclusivamente do Ministério Público.
(D) da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, de outra autoridade competente para apuração.
(E) somente do sindicato da categoria.

48 INÉDITA FAROL

Coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político, é proibição do art. 117, VII, da Lei 8.112/1990, punida com:

(A) advertência.
(B) demissão.
(C) cassação de aposentadoria.
(D) destituição de cargo em comissão, obrigatoriamente.
(E) censura.

49 INÉDITA FAROL

Nos termos do art. 117, X, da Lei 8.112/1990, é proibido ao servidor participar de gerência ou administração de sociedade privada e exercer o comércio, exceto na qualidade de:

(A) diretor-presidente.
(B) acionista, cotista ou comanditário.
(C) administrador de fato.
(D) gerente de filial.
(E) sócio-administrador.

50 INÉDITA FAROL

Segundo a Lei 8.112/1990, é dever do servidor público:

(A) atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.
(B) participar de gerência de sociedade privada.
(C) recusar fé a documentos públicos.
(D) retirar documento da repartição sem autorização.
(E) aceitar comissão ou presente em razão de suas atribuições.

51 INÉDITA FAROL

Segundo o art. 116 da Lei 8.112/1990, é dever do servidor:

(A) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.
(B) participar de gerência de sociedade privada.
(C) recusar fé a documentos públicos.
(D) promover manifestação de apreço no recinto da repartição.
(E) retirar documentos da repartição sem autorização.

52 INÉDITA FAROL

Nos termos do art. 117, XII, da Lei 8.112/1990, é proibido ao servidor:

(A) participar de cursos de capacitação fora do horário de expediente.
(B) receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.
(C) integrar associação sindical.
(D) exercer o magistério em horário compatível.
(E) representar contra ilegalidade ou abuso de poder.

53 INÉDITA FAROL

Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, é proibição do art. 117, I, da Lei 8.112/1990, punida com:

(A) demissão.
(B) advertência.
(C) suspensão de 90 dias.
(D) cassação de aposentadoria.
(E) destituição de cargo em comissão.

54 INÉDITA FAROL

Segundo o art. 116, IV, da Lei 8.112/1990, é dever do servidor cumprir as ordens superiores:

(A) exceto quando manifestamente ilegais.
(B) em qualquer hipótese, sem exceção.
(C) somente quando dadas por escrito e com firma reconhecida.
(D) apenas se concordar com elas.
(E) somente após consulta ao sindicato.

55 INÉDITA FAROL

Constitui dever do servidor, segundo o art. 116 da Lei 8.112/1990:

(A) promover manifestação de apreço no recinto da repartição.
(B) recusar fé a documentos públicos.
(C) guardar sigilo sobre assunto da repartição.
(D) praticar usura sob qualquer de suas formas.
(E) proceder de forma desidiosa.

56 INÉDITA FAROL

Segundo o art. 117, XIII, da Lei 8.112/1990, é proibido ao servidor:

(A) participar de congressos científicos no exterior.
(B) aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.
(C) estudar idiomas estrangeiros.
(D) exercer o magistério em horário compatível.
(E) filiar-se a sindicato.

57 INÉDITA FAROL

É dever do servidor público, nos termos do art. 116 da Lei 8.112/1990:

(A) cumprir todas as ordens superiores, inclusive as manifestamente ilegais.
(B) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, ser leal às instituições a que servir e cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
(C) participar de gerência ou administração de sociedade privada.
(D) recusar fé a documentos públicos.
(E) manter sob sua chefia imediata, em cargo de confiança, o cônjuge.

58 INÉDITA FAROL

Segundo a Lei nº 8.112/1990, o servidor deve cumprir todas as ordens superiores, ainda que manifestamente ilegais, cabendo-lhe apenas ressalvar por escrito a sua discordância.

(C) Certo (E) Errado

59 INÉDITA FAROL

Manter conduta compatível com a moralidade administrativa e representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder são deveres do servidor público federal.

(C) Certo (E) Errado

60 INÉDITA FAROL

É proibido ao servidor valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.

(C) Certo (E) Errado

61 INÉDITA FAROL

O servidor pode participar de gerência de empresa privada, sem restrição.

(C) Certo (E) Errado

62 INÉDITA FAROL

É proibido manter sob chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.

(C) Certo (E) Errado

63 INÉDITA FAROL

O servidor público federal pode ser acionista, cotista ou comanditário de sociedade privada.

(C) Certo (E) Errado

64 INÉDITA FAROL

A proibição de nepotismo do art. 117, VIII, da Lei 8.112/1990 alcança cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil, sob chefia imediata.

(C) Certo (E) Errado

65 INÉDITA FAROL

As proibições dos incisos I a VIII e XIX do art. 117 da Lei 8.112/1990 são punidas com demissão.

(C) Certo (E) Errado

66 INÉDITA FAROL

É dever do servidor público federal cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.

(C) Certo (E) Errado

67 INÉDITA FAROL

É proibido ao servidor recusar fé a documentos públicos.

(C) Certo (E) Errado

68 INÉDITA FAROL

É dever do servidor levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo.

(C) Certo (E) Errado

69 INÉDITA FAROL

É permitido ao servidor receber presente de qualquer espécie em razão de suas atribuições.

(C) Certo (E) Errado

70 INÉDITA FAROL

É dever do servidor tratar as pessoas com urbanidade.

(C) Certo (E) Errado

Gabarito comentado · Ética no Serviço Público

25 A	26 D	27 B	28 B	29 B	30 E	31 E	32 C	33 C	34 E	35 C	36 C	37 E	38 C	39 E	40 C
41 C	42 E	43 C	44 B	45 A	46 B	47 D	48 A	49 B	50 A	51 A	52 B	53 B	54 A	55 C	56 B
57 B	58 E	59 C	60 C	61 E	62 C	63 C	64 C	65 E	66 C	67 C	68 C	69 E	70 C		

25 **A** Ética e moral

Autonomia (auto = próprio; nomos = lei) é dar a si mesmo a lei moral pela razão. Heteronomia (B) é seguir normas impostas de fora, por pressão, medo ou interesse. Anomia (C) é a ausência de normas. O hedonismo (D) busca o prazer como bem supremo. O utilitarismo (E) avalia a ação pelas consequências (maior bem para o maior número), e não pelo dever.

26 **D** Ética e moral

Na ética das virtudes de Aristóteles, a coragem é o meio-termo entre a covardia (falta) e a temeridade (excesso). Prudência, justiça, temperança e generosidade são virtudes, não vícios (A, B, E); obediência e rebeldia não são os extremos da coragem (C).

27 **B** Ética e moral

Moral = costumes e valores vigentes (prática, variável); ética = reflexão filosófica e crítica sobre a moral, com pretensão de universalidade. Inverter os conceitos ou atribuir à moral sanção estatal organizada (própria do Direito) está errado.

28 **B** Ética e moral

A moral é o conjunto de normas e costumes de um grupo, construído histórica e culturalmente, por isso varia no tempo e no espaço (A, D). A ética é a reflexão crítica sobre essas normas. O direito positivo (C) é imposto pelo Estado e tem sanção institucional, enquanto a moral se apoia na consciência e na reprovação social, e orienta, sim, a conduta (E).

29 **B** Ética e moral

Imoral é quem age contra a moral vigente, conhecendo-a (o adulto que mente por vantagem). Amoral é quem está alheio ou indiferente à moral, como o recém-nascido, que ainda não a compreende. A alternativa (A) inverte os conceitos; o bebê não pode ser imoral (C, E) nem antiético (D), pois não tem consciência das normas.

30 **Errado** Ética e moral

Errado. A moral é variável, pois expressa regras vigentes em determinado grupo e época. A pretensão de universalidade é atribuída à ética, que examina criticamente os costumes de cada sociedade.

31 **Errado** Ética e moral

Errado. O código de ética orienta a conduta, mas o profissional continua responsável por julgar as situações concretas; regras escritas não eliminam a consciência moral nem a reflexão pessoal.

32 **Certo** Ética e moral

Certo. Só se pode atribuir responsabilidade moral a quem sabe o que faz e tem liberdade de escolher; faltando conhecimento ou liberdade, essa responsabilidade se atenua ou pode até desaparecer.

33 **Certo** Ética e moral

Certo. Moral vem do latim mos, moris, que significa costume, e ética vem do grego ethos, que remete a morada, caráter e modo de ser do indivíduo.

34 **Errado** Ética e moral

Errado. Os conceitos estão invertidos: amoral é o indiferente à moral, como o bebê, enquanto imoral é quem contraria a moral vigente, como quem mente para obter vantagem.

35 **Certo** Ética e moral

Certo. Kant formula uma ética deontológica, baseada no dever e no imperativo categórico, segundo a qual a pessoa deve ser sempre tratada como fim, e não como simples meio.

36 **Certo** Ética e moral

Certo. Para o utilitarismo de Bentham e Mill, a ação correta é a que produz a maior felicidade para o maior número, a exemplo do dilema de desviar o trem.

37 **Errado** Ética e moral

Errado. A ética de Aristóteles é das virtudes: a virtude é o meio-termo, e o fim é a eudaimonia; a ênfase no dever é característica da deontologia de Kant.

38 **Certo** Ética e moral

Certo. É a distinção clássica adotada pela doutrina: a moral é o conjunto de normas de conduta vigentes em uma sociedade e época determinadas, e a ética é a disciplina filosófica que reflete criticamente sobre essas normas e sobre os fundamentos do bem agir.

39 **Errado** Ética e moral

Errado. Na literatura sobre o tema, a moral corresponde ao conjunto de costumes, regras e valores de uma sociedade em dado momento histórico, enquanto a ética é a reflexão filosófica sobre os fundamentos, a validade e os critérios desses valores morais — são conceitos relacionados, mas não idênticos.

40 **Certo** Ética e moral

Certo. A moral reúne costumes, valores e regras vigentes em um grupo e uma época, com função prática e normativa; a ética, por sua vez, é a reflexão crítica sobre essa moral.

41 **Certo** Ética e moral

Certo. A ética profissional aplica a reflexão ética a uma atividade específica, e os códigos de ética sistematizam os princípios e as normas de conduta esperados de quem exerce a profissão.

42 **E** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

É o texto do parágrafo único: a representação segue pela via hierárquica, é apreciada pela autoridade acima da representada, e o representando tem ampla defesa. Ela não vai ao Judiciário (A), não é arquivada por envolver o chefe (C) e é dever de todo servidor, e não só do estável (D).

43 **C** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

A exceção do art. 117, XI, é restrita aos benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, de cônjuge ou de companheiro. Intermediar interesses de terceiros (A, D, E) ou da própria empresa (B) configura a proibição, cuja violação leva à demissão (art. 132, XIII).

44 **B** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Art. 117, VIII: é proibido "manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil". A Súmula Vinculante 13 do STF amplia a vedação do nepotismo até o terceiro grau, na nomeação para cargos em comissão. Não há o "quinto grau" (D) nem as vedações de (A), (C) e (E).

45 **A** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

A proibição do art. 117, IX, está entre as dos incisos IX a XVI, cuja transgressão leva à demissão (art. 132, XIII). A advertência (B) é para os incisos I a VIII e XIX (art. 129). A suspensão de até 15 dias (C) é para quem recusa inspeção médica. A censura (D) é a pena da Comissão de Ética, e a multa (E) só aparece como conversão da suspensão (art. 130, § 2º).

46 **B** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Art. 116, V: o dever de presteza abrange o público em geral (com as informações requeridas, ressalvadas as sigilosas), a expedição de certidões para defesa de direito ou esclarecimento de situações pessoais e as requisições para a defesa da Fazenda Pública. Não se restringe a autoridades (A), advogados (C), ao Judiciário (D) ou a agendamentos (E).

47 **D** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Art. 116, VI: o dever é comunicar a autoridade superior ou, havendo suspeita de envolvimento dela, outra autoridade competente. Quem faz isso de boa-fé é protegido pelo art. 126-A. Imprensa (A), colegas (B) e sindicato (E) não são os destinatários previstos, e o MP (C) não é o único.

48 **A** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

A violação dos incisos I a VIII e XIX do art. 117 é punida com advertência (art. 129), e a reincidência leva à suspensão (art. 130). A demissão (B) é reservada aos incisos IX a XVI (art. 132, XIII). A censura (E) é pena da Comissão de Ética.

49 **B** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Art. 117, X: o servidor pode ser acionista, cotista ou comanditário, ou seja, investir sem gerir. Gerir ou administrar (A, C, D, E) é vedado, com as ressalvas do parágrafo único (por exemplo, a participação em conselhos de empresas em que a União tenha participação).

50 **A** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Art. 116, V, a: atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo. As demais condutas são proibições do art. 117 (recusar fé a documentos públicos, retirar documento sem autorização, aceitar presente, participar de gerência de sociedade privada).

51 **A** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Art. 116, I: "exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo". As demais condutas são proibições do art. 117: participar de gerência de sociedade privada, salvo as exceções legais (X) (B), recusar fé a documentos públicos (III) (C), promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição (V) (D) e retirar documentos sem autorização (II) (E).

52 **B** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Art. 117, XII: é proibido "receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições", e a transgressão leva à demissão (art. 132, XIII). Capacitação (A), sindicalização (C, CF, art. 37, VI) e magistério em horário compatível (D, CF, art. 37, XVI) são permitidos. Representar contra ilegalidade (E) é dever (art. 116, XII).

53 **B** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Art. 129: a advertência é aplicada, por escrito, nas violações dos incisos I a VIII e XIX do art. 117. A reincidência pode levar à suspensão (art. 130). A demissão (A) é para as hipóteses do art. 132. A ausência intencional por mais de 30 dias consecutivos já seria abandono de cargo (art. 138).

54 **A** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Art. 116, IV: o servidor cumpre as ordens superiores, "exceto quando manifestamente ilegais". A obediência não é absoluta (B), nem depende de concordância pessoal (D) ou de formalidades não previstas (C, E). Diante de ilegalidade, cabe representar (art. 116, XII).

55 **C** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Guardar sigilo sobre assunto da repartição é dever do art. 116, VIII. As demais condutas são proibições do art. 117: promover manifestação de apreço (V) (A), recusar fé a documentos públicos (III) (B), praticar usura (XIV) (D) e proceder de forma desidiosa (XV) (E).

56 **B** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Art. 117, XIII: é vedado aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro, e a transgressão leva à demissão (art. 132, XIII). Congressos (A), estudos (C), magistério em horário compatível (D; CF, art. 37, XVI) e filiação sindical (E; CF, art. 37, VI) são permitidos.

57 **B** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Art. 116, I a IV, da Lei 8.112/1990. A ordem manifestamente ilegal não deve ser cumprida (A; art. 116, IV). Participar de gerência de sociedade privada (C), recusar fé a documentos públicos (D) e manter cônjuge sob chefia imediata em cargo de confiança (E) são proibições (art. 117, X, III e VIII).

58 **Errado** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Errado. O art. 116, IV, da Lei nº 8.112/1990 excepciona expressamente as ordens manifestamente ilegais, que não devem ser cumpridas.

59 **Certo** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Certo. Os dois comportamentos estão no rol do art. 116 da Lei nº 8.112/1990, nos incisos IX e XII, e a violação de dever funcional gera, em regra, a penalidade de advertência.

60 **Certo** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Certo. A vedação está no art. 117, IX, da Lei nº 8.112/1990 e é das mais graves do rol, pois o uso do cargo para proveito pessoal ou de outrem é punido com demissão, conforme o art. 132.

61 **Errado** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Errado. É proibido, salvo as exceções legais, como participação em conselhos de empresas em que a União detenha participação e licença para tratar de interesses particulares.

62 **Certo** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Certo. O art. 117, VIII, da Lei 8.112/1990 proíbe manter sob chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil, situação típica de nepotismo.

63 **Certo** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Certo. A Lei 8.112/1990 proíbe o servidor de gerir sociedade privada e de comerciar, mas ele pode participar como acionista, cotista ou comanditário, sem atos de gerência.

64 **Certo** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Certo. O art. 117, VIII, veda manter sob chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil do servidor.

65 **Errado** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Errado. Os incisos I a VIII e XIX do art. 117 geram advertência; os incisos XVII e XVIII, suspensão; e os incisos IX a XVI, demissão, conforme a Lei 8.112/1990.

66 **Certo** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Certo. O art. 116, IV, da Lei nº 8.112/1990 limita o dever de obediência: a ordem superior deve ser cumprida, salvo se manifestamente ilegal, caso em que o servidor não está obrigado a executá-la.

67 **Certo** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Certo. O art. 117, III, da Lei 8.112/1990 proíbe a recusa de fé a documentos públicos, pois eles têm presunção de veracidade; a violação dessa proibição sujeita o servidor à advertência.

68 **Certo** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Certo. O art. 116, VI, da Lei 8.112/1990 impõe ao servidor levar à autoridade superior as irregularidades conhecidas em razão do cargo, dever voltado à proteção da legalidade e do serviço público.

69 **Errado** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Errado. O art. 117, XII, da Lei 8.112/1990 proíbe receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie em razão das atribuições, conduta punida com demissão, por violar a integridade da função.

70 **Certo** Lei 8.112/1990 — deveres e proibições do servidor

Certo. O art. 116, XI, da Lei 8.112/1990 inclui a urbanidade entre os deveres do servidor, exigindo tratamento respeitoso às pessoas com quem ele se relaciona no exercício das funções.

Simulado final

10 questões de múltipla escolha das disciplinas do edital, na proporção do peso de cada uma. Tempo sugerido: **70 minutos**. Marque na folha de respostas e confira no gabarito comentado, ou faça online e veja a nota projetada para a prova inteira.

Faça este simulado online
correção e nota projetada na hora

S1 INÉDITA FAROL

Assinale a alternativa em que a palavra “mal” ou “mau” está empregada corretamente.

(A) O servidor agiu mal ao omitir a informação.
(B) Ele é um mal funcionário.
(C) Ele sentiu um mau-estar súbito.
(D) Não se deve falar mau dos colegas.
(E) O mal atendimento gerou reclamações.

S2 INÉDITA FAROL

“Sudene” e “PM” são, respectivamente,

(A) sigla e acrônimo.
(B) onomatopeia e abreviação.
(C) aglutinação nas duas.
(D) hibridismo e neologismo.
(E) acrônimo, lido como palavra, e sigla, lida letra por letra.

S3 INÉDITA FAROL

No período “Os documentos foram entregues ontem ao protocolo”, a palavra “ontem” classifica-se como:

(A) adjetivo.
(B) substantivo.
(C) advérbio de tempo.
(D) preposição.
(E) conjunção temporal.

S4 INÉDITA FAROL

Na estrada que liga a cidade ao litoral, há um posto da polícia rodoviária que conheço desde menino. Meu pai parava ali para perguntar sobre a serra, e o agente, sempre o mesmo, respondia sem pressa, apontando no mapa os trechos de neblina. Hoje os celulares avisam tudo, e ninguém mais desce do carro para perguntar. Ainda assim, quando passo por lá, reduzo a velocidade por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está.

Texto autoral para fins didáticos.

No texto, a forma verbal “parava”, em “Meu pai parava ali”, está flexionada no pretérito imperfeito do indicativo e expressa:

(A) ação concluída em momento exato do passado.
(B) ação futura em relação ao passado.
(C) ação habitual, repetida no passado.
(D) ordem dirigida ao leitor.
(E) hipótese improvável.

S5 INÉDITA FAROL

A diferença entre “mandioca” e “aipim”, conforme a região do falante, é exemplo de variação

(A) diacrônica.
(B) diastrática.
(C) diafásica.
(D) estilística.
(E) diatópica.

S6 INÉDITA FAROL

Assinale a alternativa correta quanto à regência verbal, segundo a norma-padrão.

(A) O diretor preferiu sair do que ficar na reunião.
(B) O servidor aspirava uma promoção havia anos.
(C) Os alunos assistiram a palestra sobre trânsito.
(D) Esse direito assiste ao servidor aposentado.
(E) Todos devem obedecer as normas de segurança.

S7 INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho "a firmeza não depende da rispidez", o autor defende que:

(A) o servidor deve ceder a todas as exigências do cidadão.
(B) o servidor deve evitar qualquer limite no atendimento.
(C) a rispidez é necessária para manter a autoridade.
(D) a firmeza prejudica o atendimento.
(E) é possível manter a posição e os limites sem ser grosseiro.

S8 INÉDITA FAROL

Segundo o inciso XV do Código de Ética do Decreto 1.171/1994, é VEDADO ao servidor público:

(A) Resistir a todas as pressões de superiores, contratantes e interessados que visem obter favores ou vantagens indevidas, e denunciá-las.
(B) Alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
(C) Ser assíduo e frequente ao serviço.
(D) Exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas.
(E) Manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão.

S9 INÉDITA FAROL

A lei orçamentária anual compreenderá

(A) apenas o orçamento fiscal e o da seguridade social.
(B) o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias.
(C) o orçamento fiscal e o orçamento monetário.
(D) o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.
(E) os orçamentos de todas as empresas privadas que recebem subsídios.

S10 INÉDITA FAROL

A representação judicial e a consultoria jurídica dos estados e do DF cabem

(A) à Advocacia-Geral da União.
(B) aos procuradores dos estados e do DF, organizados em carreira com ingresso por concurso.
(C) à Defensoria Pública.
(D) ao Ministério Público estadual.
(E) a advogados contratados livremente.

Folha de respostas

S1	A B C D E	**S2**	A B C D E	**S3**	A B C D E	**S4**	A B C D E
S5	A B C D E	**S6**	A B C D E	**S7**	A B C D E	**S8**	A B C D E
S9	A B C D E	**S10**	A B C D E				

Gabarito comentado do simulado

S1 A **S2** E **S3** C **S4** C **S5** E **S6** D **S7** E **S8** B **S9** D **S10** B

S1 **A** Ortografia oficial e acentuação gráfica

"Mal" é advérbio (oposto de "bem") ou substantivo, e "mau" é adjetivo (oposto de "bom"). "Agiu mal" (= agiu bem) está correto. O certo seria "mau funcionário" (B) e "mau atendimento" (E), com "mau" adjetivo, "mal-estar" (C), que é substantivo composto, e "falar mal" (D), com "mal" advérbio.

S2 **E** Estrutura e formação de palavras: radical, afixos, derivaçã...

Sigla é pronunciada letra a letra; acrônimo forma palavra pronunciável.

S3 **C** Classes de palavras — emprego e valor no contexto

"Ontem" modifica a forma verbal "foram entregues", indicando a circunstância de tempo: é advérbio. Não qualifica substantivo (A), não nomeia ser (B), não liga termos (D) nem orações (E).

S4 **C** Tempos e modos verbais — correlação

O imperfeito indica ação durativa ou habitual no passado: o pai costumava parar ali. A ação pontual e concluída (A) seria expressa pelo perfeito ("parou"). A ação futura no passado (B) pelo futuro do pretérito ("pararia"). A ordem (D) pelo imperativo.

S5 **E** Reescrita — gêneros e níveis de formalidade

A variação diatópica é a ligada ao lugar, como mandioca e aipim. A diastrática (B) relaciona-se ao grupo social, e a diacrônica (A), à mudança da língua no tempo.

S6 **D** Regência verbal e nominal

No sentido de "caber, competir", "assistir" é transitivo indireto: "assiste ao servidor". "Preferir" rege "a", sem "do que" (A). "Aspirar" (desejar) rege "a": "aspirava a uma promoção" (B). "Assistir" (ver) pede "a", com crase diante de feminino: "assistiram à palestra" (C). "Obedecer" rege "a": "obedecer às normas" (E).

S7 **E** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Firmeza (manter limites) e rispidez (aspereza) são separadas: dá para ser firme sem ser grosseiro. O último período reforça isso: "Não se trata de aceitar desaforos", o que exclui (A) e (B).

S8 **B** Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do P...

A vedação está no inciso XV, "h)". As demais alternativas são deveres fundamentais do inciso XIV ("i", "l", "t", "q").

S9 **D** Orçamento público: princípios orçamentários, PPA, LDO e ...

Art. 165, § 5º, da CF.

S10 **B** Funções essenciais à justiça — Ministério Público, advoc...

O art. 132 da CF/1988 atribui aos procuradores dos estados e do DF, organizados em carreira com ingresso por concurso, a representação judicial e a consultoria dessas unidades. A AGU atrai, mas representa a União.

Continue no Farol

Este caderno é o começo. Na plataforma, cada resposta sua ajusta o plano.

Plano do dia
o que estudar hoje, montado pelo edital e pelos seus erros

Questões ilimitadas
70 questões deste edital, corrigidas na hora

Revisão espaçada
flashcards que voltam no dia certo, sem você contar

Simulados no tempo da prova
com nota projetada e posição no corte

Podcasts e videoaulas
para estudar no trânsito e na academia

Diagnóstico de erros
o padrão dos seus erros e o que revisar primeiro

Caderno completo em PDF
178 tópicos · 1.789 questões · acesso imediato

Crie sua conta grátis
farolestudos.com.br · sem cartão

Anotações

Farol
estudos

Estudo com plano, do primeiro dia à aprovação.

farolestudos.com.br